

Análise de Indicadores de Liquidez e Endividamento em Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo entre as Melhores ONGs do Brasil

CAROLINE RODRIGUES NASCIMENTO VIEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP)

DIONYSIO BORGES DE FREITAS JUNIOR

IFSP - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Análise de Indicadores de Liquidez e Endividamento em Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo entre as Melhores ONGs do Brasil

1. INTRODUÇÃO

No Brasil e em diversos países do mundo, a sociedade civil é classificada em setores, mais propriamente em três, sendo o primeiro setor denominado como setor público, composto pelo Estado, o segundo setor, reservado por empresas que exercem atividades com finalidade privada, que atuam em benefício próprio e particular e o terceiro setor, constituído por organizações sem fins lucrativos de caráter social (BRIZOLLA et al, 2017).

O estudo de Tachizawa, (2004) *apud* Cruz et al (2010), aponta que o terceiro setor tem um forte impacto econômico, movimentando mais de US\$ 1 trilhão em investimentos em nível mundial e cerca de US\$ 10 bilhões desses investimentos no Brasil, os mesmos complementam ainda que a estimativa de entidades que fazem parte do terceiro setor ultrapasse 540 mil, sendo responsáveis por gerar em torno de 5% dos empregos ao redor do mundo.

Com objetivo de suprir as necessidades sociais do país o terceiro setor brasileiro vem crescendo e se expandindo cada dia mais em vários segmentos. Segundo dados do IBGE (2016), em 2016 no Brasil existiam 236.950 instituições sem fins lucrativos com atuação em diversas áreas sociais, entre, meio ambiente, saúde, cultura e recreação, educação, pesquisa e assistência social.

Os recursos financeiros para que essas entidades sejam ativas são provenientes de parcerias com o Estado, doações, eventos beneficentes e outras fontes de captação de renda. Diante de tal peculiaridade, e da importância que possuem junto à sociedade, faz-se necessário que as organizações sem fins lucrativos sejam transparentes em suas prestações de contas, tornando públicas suas demonstrações contábeis a fim de apresentar que a organização está efetivamente cumprindo com suas atividades e objetivos atendendo a legislação vigente. Pois, quanto mais transparência a instituição tiver, mais credibilidade e confiabilidade ela irá proporcionar a possíveis doadores (GONÇALVES et al, 2018).

Dessa forma, a análise das demonstrações contábeis dessas instituições permite o acompanhamento do seu desempenho, projetos e ações, além de fornecer parâmetros para a comparabilidade no setor.

Estudos anteriores analisaram qual o grau de comparabilidade dos indicadores contábeis de entidades sem fins lucrativos, tal como Gonçalves et al (2018), cuja pesquisa comparou ONGs (organizações não governamentais) ranqueadas pelo Instituto DOAR de diversas regiões do Brasil. O Instituto DOAR, em parceria com a Revista Época, publica anualmente um ranking com as 100 melhores ONGs do país, destacando-as por área de atuação e por região, considerando a sua eficiência, transparência, qualidade da gestão e boa governança.

Assim, considerando a pesquisa de Gonçalves et al (2008) e o ranking das 100 melhores ONGs do país, emerge o problema de pesquisa deste trabalho, a saber: Qual o grau de comparabilidade dos indicadores de liquidez e endividamento das ONGs ranqueadas pelo Instituto DOAR? Isto posto, o objetivo geral desse trabalho consiste em comparar os indicadores de liquidez e endividamento das ONGs ranqueadas pelo Instituto DOAR, para tanto, serão utilizados os dados do ranking referentes ao exercício de 2018.

Constituem objetivos específicos deste trabalho: (1) a compilação e seleção dos demonstrativos financeiros das ONGs; (2) a obtenção dos indicadores de liquidez e endividamento; e (3) a constituição de índices-padrão que permitam a comparabilidade no setor.

Este trabalho será realizado através de uma pesquisa aplicada, descritiva e quantitativa, realizada a partir de dados secundários.

Após esta introdução apresenta-se o referencial teórico sobre o terceiro setor, suas medidas de desempenho e índices-padrão. Após, encontram-se as diretrizes metodológicas da pesquisa, seguindo-se a apresentação e discussão dos resultados e considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção busca-se trazer alguns conceitos permitindo contextualizar o terceiro setor, para, em seguida, apresentar teoricamente as peculiaridades de suas demonstrações contábeis bem como as medidas de desempenho utilizadas no setor. Por fim, são apresentados os conceitos de índice-padrão.

2.1 TERCEIRO SETOR

O terceiro setor pode ser definido, de maneira geral, como organizações com finalidades sociais, embora não haja consenso ou uma única definição na literatura. Schunemann e Rheinheimer (2013), por exemplo, definem o terceiro setor como: “[...] um conjunto de entidades sem finalidades lucrativas, unidas em prol do bem social, buscando sinergia com o primeiro e o segundo setores”. Já para Falconer (1999) a expressão terceiro setor veio para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, o termo é correntemente utilizado para se referir às ações sociais de empresas, ao voluntariado, a organizações do poder público privatizadas em forma de fundações e organizações sociais.

Segundo Fernandes (1994) *apud* Raptopoulos e Silva (2018), as diversas delimitações e caracterização do terceiro setor até hoje não abrange a existente diversidade de organizações, justamente pelo fato de separação entre os setores da sociedade civil em segmentos exatos, uma vez que as atividades do primeiro, segundo e terceiro setor se interpenetram, pois as organizações sociais do terceiro setor apresentam estruturas de direitos privados com finalidades públicas (CRUZ et al, 2009).

As organizações do terceiro setor podem ser divididas em Associações, Organizações Filantrópicas; Organizações Não Governamentais (ONGs); Fundações Privadas; Organizações Sociais (OS), de acordo Rodrigues (1998) *apud* Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017). Essa divisão, bem como seus objetivos, são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de organizações do terceiro setor

Associações	Estabelecidas através de contratos livremente acordados entre as partes para a execução de atividades comuns e defesa de interesses coletivos, se voltam para a satisfação das necessidades dos próprios participantes;
Organizações Filantrópicas	Objetivam a caridade, promovem a assistência social;
Organizações Não Governamentais (ONGs)	Comprometidas com a sociedade civil, visam a transformação social;
Fundações Privadas	Categoria de conotação jurídica, que através de uma escritura ou testamento destinam bens livres, especificando o fim objetivo;
Organizações Sociais (OS)	São organizações públicas não estatais que objetivam atender necessidades coletivas nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente e pesquisa científica, constituídas por associações civis sem fins lucrativos. Nelas, o estado exerce controle estratégico através de um contrato de gestão que demanda de resultados para atingir objetivos de políticas públicas.

Fonte: Rodrigues (1998) *apud* Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017)

As organizações que compõem o terceiro setor na América Latina surgiram na década de 50, inicialmente através de organizações sociopolíticas e através de grupos com finalidades religiosas como grupos pastorais das Igrejas Católicas (CRUZ et al, 2009).

O papel social do terceiro setor no Brasil começou a ser reconhecido a partir da reforma do Estado de 1995, pois até então não se tinha a visão do terceiro setor como um agente social de desenvolvimento, colaborando em parceria com o setor público, assim, o papel das organizações sociais no Brasil era considerado marginal, como assistencialista e filantropa, normalmente de origem religiosa (RODRIGUES, 1998).

A partir da reforma do Estado em 1995, o terceiro setor brasileiro entra em uma nova história, apresentando uma relação de parceria formal com o Estado, firmada e articulada no âmbito da gestão social (RODRIGUES, 1998).

Oliveira e Souza (2015) apontam em seu estudo os avanços, retrocessos e desafios enfrentados pelo terceiro setor no Brasil, que se refletem contemporaneamente em seus aspectos de legislação, fontes de financiamento e gestão. Neste sentido, sua trajetória histórica e posicionamento possui grande importância, uma vez que possibilita importantes transformações sociais através da criação de novos modelos de atividades e incumbências (BOCCHI, 2013).

2.2 MEDIDAS DE DESEMPENHO DO TERCEIRO SETOR

As medidas de desempenho, bem como a adoção de boas práticas de governança são características intrínsecas de empresas com finalidade lucrativa. Entretanto, no terceiro setor, assumem papel ainda maior, que não se resumem a auxiliar na sua gestão, sendo importantes na relação que há entre gestores e investidores (CRUZ et al, 2009; MÁRIO et al, 2013; BRIZOLLA et al, 2017; MAGALHÃES-TIMÓTIO, EÇA, SANTOS JÚNIOR, 2017; COSTA et al, 2018; GONÇALVES et al, 2018; LUGOBONI et al, 2018).

O estudo de Silva (2010) demonstra a trajetória histórica do terceiro setor brasileiro, com foco em seus aspectos de gestão, legislação e fontes de recursos. De acordo com Mário et al. (2013) o controle gerencial realizado pelas organizações sociais, avaliados diante do uso de ferramentas de contabilidade, contribui na identificação de dificuldades, problemas financeiros e contábeis existentes no terceiro setor, sendo responsável por levar aos financiadores e também aos receptores dos resultados transparência e sustentabilidade diante das informações apresentadas (CRUZ et al, 2009; MORGAN, BENEDICTO, 2009; CRUZ et al, 2010; LOPES et al, 2012; ARANHA, DIAS, 2013; MÁRIO et al, 2013; ORO, VICENTI, SCARPIN, 2014; CAMPOS, MOREIRA e SCALZER, 2014).

Oro, Vicenti e Scarpinn (2014), por sua vez, apresentam a importância da divulgação do balanço social bem como as demais informações e demonstrações financeiras para os stakeholders. A responsabilidade das Organizações do terceiro setor no Brasil para com seus stakeholders é abordada com destaque no estudo de Campos, Moreira e Scalzer (2014), destacando que as organizações sociais possuem um papel fundamental no auxílio de resoluções de problemas frente à sociedade, especialmente ao que tange a desigualdade social, violência, fome e degradação dos recursos naturais.

No Brasil, o terceiro setor tem se configurado como veículo de expressão da sociedade civil, apresentando aspectos críticos diante do cenário brasileiro. Nesse sentido, Oliveira e Sousa (2015) contextualizam os avanços e retrocessos do terceiro setor ao longo das últimas décadas e apontam que parte das organizações costuma não ser bem sucedida financeiramente e socialmente, isso se dá em razão da falta de estabilidade financeira, estrutura organizacional defasada, dependência do apoio governamental sob as formas de subvenções organizacionais.

Assim, pode-se considerar que há uma crescente demanda do terceiro setor junto a sociedade, tendo como pressuposto que tal demanda dispõe da necessidade de recursos

financeiros para ser suprida, podendo identificar também que, diante da necessidade da captação de recursos, existe certa concorrência entre as organizações na procura de formas de financiamento para seus projetos (CRUZ et al, 2010).

Oliveira e Coelho (2017) avaliam que a qualidade das informações disponibilizadas pelas organizações sociais do terceiro setor são aspectos fundamentais na geração de valor da entidade diante dos seus possíveis investidores e frente à sociedade. Nesta mesma perspectiva, os estudos de Cruz et al (2010), Campos, Moreira e Scalzer (2014), Tandolo et al (2016) e Zittei, Politelo e Scarpin (2016) apresentam a influência na transparência das informações prestadas pelas instituições sociais no Brasil é fonte direta de informações para os stakeholders.

Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017) destacam que a transparência e a melhor visibilidade das informações das organizações do terceiro setor perante seus stakeholders propiciam maiores captações de recursos, o que influencia diretamente no desempenho financeiro bem como na sua importância para o desenvolvimento deste.

Diante da importância da avaliação do desempenho do terceiro setor, os indicadores contábeis são instrumentos-chaves utilizados na avaliação do controle gerencial das organizações sociais, contribuindo diretamente na solidez das demonstrações financeiras apresentadas. Diversos estudos utilizaram indicadores contábeis, para mensuração de desempenho do terceiro setor, tais como Mário et al (2013), Brizolla et al (2017), Lugoboni et al (2018), Gonçalves et al (2018), Ramos et al (2018).

Cruz et al (2009) analisam o desempenho econômico-financeiro de organizações do terceiro setor com base em suas demonstrações contábeis, através de indicadores que possibilitam a análise da sustentabilidade institucional, sob a ótica de gestão econômico-financeira e possíveis riscos.

Para Gonçalves et al (2018), a comparabilidade dos indicadores contábeis é relevante diante da transparência e responsabilidade da apresentação das prestações de contas, uma vez que proporciona aos gestores a compreensão do que foi planejado em relação ao realizado.

No trabalho de Lugoboni et al (2018), foram utilizados indicadores de desempenho em uma entidade sindical, tendo como objetivo a análise da forma com que esses indicadores auxiliam na gestão dessas entidades, sendo possível identificar a sua utilização como ferramenta de planejamento estratégico.

Por sua vez, Ramos et al (2018) analisaram a relação dos indicadores econômico-financeiros com a gestão da qualidade no âmbito da administração hospitalar, identificando que os indicadores de desempenho são fundamentais no processo de tomada de decisão.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR

As demonstrações contábeis consistem nas informações financeiras de uma determinada organização. Para Gitman (2010), as principais demonstrações financeiras são o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações do fluxo de caixa.

Particularmente em relação ao terceiro setor, as demonstrações financeiras possuem certas especialidades que interferem diretamente em suas práticas contábeis, como apresentam Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017), ilustradas no Quadro 2:

Quadro 2 – Normas para entidades sem fins lucrativos

NORMAS SOCIETÁRIAS	NOMENCLATURA DO DEMONSTRATIVO	NORMA DAS ENTIDADES DE FINS NÃO ECONÔMICOS	ALTERADA PARA
NBCT 3.2	No Balanço Patrimonial altera-se: Patrimônio Líquido e Lucro ou Prejuízo	NBCT 10.4.4 e 10.19.3.2	Patrimônio Social Déficit ou Superávit
NBCT 3.3	Resultado do Exercício (DRE)	NBCT 10.4.51	Demonstração do Déficit ou Superávit
NBCT 3.5.1	Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido	NBCT 10.4.6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
NBCT 3.6.3	Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos	NBCT 10.4.7	A palavra Resultado é alterada para Déficit ou Superávit

Fonte: Machado (2008) *apud* Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017)

As análises e indicadores financeiros utilizam-se das informações contidas nestas demonstrações, permitindo estudos sobre o desempenho financeiro de uma organização. Gitman (2010) define os principais indicadores financeiros como sendo os índices de: liquidez, atividade, endividamento, lucratividade e valor de mercado. Os indicadores de liquidez, atividade e endividamento são responsáveis por mensurarem o risco, enquanto o índice de lucratividade é responsável por medir o retorno da organização e o valor de mercado captura o risco quanto ao retorno esperado.

No entanto, estes indicadores financeiros necessitam também ser adaptados para as especificidades do terceiro setor. Cruz et al (2009; 2010) seguidos por Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017) estabelecem estas especificidades e diferenças. Segundo Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017), “faz-se necessário, para apurar a saúde financeira das organizações do terceiro setor, a utilização de índices que permitem uma avaliação mais precisa e que estejam em consonância com seus objetivos sociais, o que difere das outras organizações com fins lucrativos.”. Em seguida, os autores apresentam os índices utilizados por Cruz et al (2009; 2010), que também serão utilizados neste trabalho. Tais indicadores encontram-se descritos a seguir.

2.4 INDICADORES DE LIQUIDEZ

O índice de liquidez procura medir a capacidade da empresa de saldar suas obrigações em medida que se tornam dívidas. A liquidez representa a solvência da posição financeira da empresa, sendo parâmetro de sinais antecipados de problemas quanto ao fluxo de caixa e insolvência, quando os índices de liquidez estiverem baixos ou em declínio (GITMAN, 2010). O indicador de liquidez se estende em várias formas, dentre elas o índice de liquidez corrente; liquidez imediata; liquidez seca e liquidez geral.

Entre os tipos de liquidez que devem ser utilizados no terceiro setor estão os indicadores de liquidez corrente e liquidez imediata. Os índices de liquidez seca e geral não são indicados para utilização no terceiro setor pelo fato de que organizações sociais não dispõem geralmente de estoques ou ativos e passivos de longo prazo (CRUZ et al, 2009).

O índice de liquidez corrente representa a capacidade de pagamento de despesas em curto prazo, e pode ser expresso da seguinte forma:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \text{Ativo circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Para o Terceiro Setor, a utilização apenas do índice de liquidez corrente é considerada como uma análise limitada, pois esta confronta o total de ativo circulante com o total do passivo circulante e, uma vez os ativos mensurados no circulante são registrados através do regime de competência, podem existir ativos cujo valor não apresenta o valor real correspondente ao valor de mercado (CRUZ et al, 2009). Essa limitação de análise pode ser auxiliada pelo cálculo da liquidez imediata, que é expresso através da fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez Imediata} = \text{Disponibilidades} / \text{Passivo Circulante}$$

A liquidez imediata corresponde ao confronto do disponível da organização e de suas obrigações de curto prazo, demonstrando assim a capacidade da organização de honrar com as suas obrigações de imediato através de recursos financeiros existentes (CRUZ et al, 2009).

Os recursos das organizações do terceiro setor são provenientes de projetos financiados pelo setor público e/ou empresas privadas, ou ainda por doações de pessoas físicas, devendo esses recursos serem aplicados integralmente em seus projetos, o que acaba não possibilitando o acúmulo de recursos em espécie (CRUZ et al, 2009).

2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Os indicadores de endividamento mostram a forma de utilização dos recursos de terceiros na empresa bem como sua participação em relação ao capital próprio, conforme Assaf Neto (2012), citado por Magalhães-Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017). O fundamento é que, quanto maior o endividamento maior o risco de a organização encontrar-se impossibilitada de honrar com as suas obrigações (GITMAN, 2010). Vale ressaltar que em organizações do terceiro setor o capital próprio é representado pelo patrimônio social e o capital de terceiros é representado pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante (CRUZ et al, 2009).

Assim, o Índice de participação de capital de terceiros é expresso da seguinte forma:

$$\text{Índice de Participação de Capital de Terceiros} = \text{Capital de Terceiros} / \text{Total do Ativo}$$

O índice de garantia do patrimônio social ao capital de terceiros é representado pela divisão do patrimônio social pelo capital de terceiros das organizações, representando a quantidade de capital de terceiros garantida pelo patrimônio social da organização (CRUZ et al, 2009). Este índice é constituído por capitais registados através do regime de competência, podendo assim os valores dos ativos e passivos apresentarem valorização e desvalorização, conforme aponta Cruz et al (2009). Dessa forma, segue-se a representação deste indicador:

$$\text{Garantia do Patrimônio Social ao Capital de Terceiros} = \text{Patrimônio Social} / \text{Capital de Terceiros}$$

Além destes indicadores, podem ser também aplicados às organizações do terceiro setor os indicadores de atividade, que são responsáveis por medirem a velocidade em que contas se convertem em vendas, caixa, entrada e saídas, sendo importante a análise de contas

específicas dos ativos circulantes, como: estoques, contas a receber e a pagar (GITMAN, 2010).

No Terceiro Setor os índices de atividade possuem relação direta diante das principais funções da organização, conforme Cruz et al (2009), buscando-se a análise da dinâmica operacional da organização.

Existem alguns indicadores de atividade que podem ser considerados essenciais, a saber: (1) composição das origens de recursos por tipo de agente financiador; (2) percentual de gastos administrativos; (3) índice de aplicação em projetos; (4) investimentos por projeto; e (5) índice de acumulação de superávit (Cruz et al., 2009).

2.6 ÍNDICES PADRÃO

Existem, para Matarazzo (1998), três formas de se analisar um indicador, que são: (1) pelo seu significado intrínseco; (2) pela comparação do seu resultado ao longo de vários exercícios; e (3) pela comparação entre o indicador com o mesmo indicador de outras organizações.

Em relação à comparação entre os mesmos indicadores entre várias organizações, Gitman (2017) afirma que a interpretação do valor do índice é a atividade mais importante da análise, pois não se resume apenas ao seu cálculo. Assim, a análise busca interpretar um conjunto de organizações ou um setor como um todo. Esta é a técnica do índice-padrão que será utilizada neste trabalho para análise dos resultados.

Ainda para Matarazzo (1998), só pode haver consistência e objetividade nas análises de balanços contábeis através de índices, quando estes são comparados com um padrão, caso contrário, à análise estará sujeita às conclusões e opiniões de quem a realiza. Este autor acrescenta, afirmando que a utilização de índices-padrão possibilita comparar o desempenho de uma organização ou de um setor com 100, 1.000 ou mais outras organizações, quando empregadas as técnicas estatísticas adequadas.

A comparação com padrões realiza-se quando é definido um conjunto (universo), que posteriormente possa-se com um elemento e atribuí-lo uma qualificação aos demais elementos do universo em análise, pois uma vez calculados os índices diante do padrão analisado, é possível realizar a avaliação individual de cada índice e depois a avaliação conjunta (Matarazzo, 1998).

Nos estudos de Duarte e Lamounier (2007) é utilizada a técnica de análise por comparação com índices-padrão, tendo como base os cálculos dos indicadores financeiros de empresas da construção civil, buscando avaliar o desempenho do setor. Os resultados permitiram avaliar o desempenho de uma organização através de um referencial comum.

A mesma técnica foi utilizada na pesquisa de Azeredo, Machado e Souza (2009), em que avaliaram o desempenho econômico-financeiro de empresas do segmento calçadista brasileiro, a fim de produzir informações para auxílio na tomada decisão. Outros trabalhos, como Aranha e Dias (2013), Silva et al (2015) e Jahara, Mello e Afonso (2016) também utilizam a técnica do índice-padrão nas suas análises, dentre outros.

De acordo com Matarazzo (1998), a estrutura utilizada para a elaboração dos índices-padrão deve seguir algumas etapas: (1) definir os ramos de atividades próprios para o fim a que se destinam; (2) criar subdivisões dentro desses ramos, de maneira que uma empresa possa ser comparada a outras atividades mais ou menos semelhantes a sua; (3) separar grandes, pequenas e médias empresas; e (4) para cada um dos subconjuntos assim obtidos, devem ser calculados os decis.

Para os decis, segundo Matarazzo (1998), é atribuída uma classificação que vai de ‘insatisfatório’ a ‘excelente, conforme demonstrando no Quadro 3:

Quadro 3: Classificação dos decis

ÍNDICES	Índice do Tipo	CONCEITOS	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
			Decil	Decil	Decil	Decil	Decil	Decil	Decil	Decil	Decil	Decil
	Quanto maior, melhor: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Giro do Ativo, Margem Líquida, Retorno sobre o investimento, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros		INSATISFATÓRIO		REGULAR		NORMAL		BOM		EXCELENTE	
	Quanto menor, melhor: Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Totais, Composição do Endividamento, Endividamento		EXCELENTE		BOM				REGULAR		INSATISFATÓRIO	

Fonte: Adaptado de Matarazzo (1998)

Segundo Melo (2011), para cada decil é definido um padrão, ou seja, podem ser encontrados 10 padrões distintos, tendo como mediana o 5º decil, cujo conceito se estabelece como ‘normal’. Pode-se, dessa forma, verificar em que situação as organizações analisadas se encontram em relação ao padrão do setor.

A próxima seção buscará delinear os procedimentos metodológicos deste trabalho.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo pode ser considerado uma pesquisa de natureza aplicada e, quanto aos objetivos, descritiva. Possui uma abordagem quantitativa. Os dados secundários foram coletados através de pesquisa documental, consistindo no acesso às informações contábeis publicadas pelas 100 melhores ONGs do Brasil, segundo o ranking do Instituto DOAR e Revista Época, no ano de 2018.

Dentre as 100 ONGs selecionadas inicialmente para este trabalho, 31 foram descartadas, ou por não disponibilizarem acesso ao seu balanço patrimonial no seu *site* na Internet, ou cujo balanço patrimonial, embora disponível, possuía informações incompletas ou não padronizadas. Dessa forma, este estudo consiste na análise de das 69 ONGs restantes.

Compõem a análise o cálculo dos Índices de Liquidez Corrente e Imediata, do Índice de Participação do Capital de Terceiros e do Índice de Garantia do Patrimônio Social ao Capital de Terceiros. Os resultados serão apresentados utilizando-se mediadas de estatística descritiva, além da técnica do Índice Padrão, que permite avaliar os índices de uma organização em análise, em relação aos de outras organizações, com base nos resultados obtidos através dos indicadores financeiros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção consistem nos dados obtidos através dos

balanços financeiros das 69 organizações selecionadas, tendo como objetivo comparar os seus indicadores de liquidez e endividamento.

Para tanto, a partir dos dados das demonstrações financeiras destas organizações, foram obtidos os indicadores de Liquidez Corrente, Liquidez Imediata, Índice de Participação do Capital de Terceiros e do Índice de Garantia do Patrimônio Social ao Capital de Terceiros de cada organização, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Indicadores das ONGs pesquisadas

Organizações	Liquidez Corrente	Liquidez Imediata	Participação de Capital de Terceiros	Garantia do Patrimônio Social ao Capital de Terceiros
ACTC - Casa do Coração	13,53	0,97	0,07	14,37
AFESU	4,40	4,20	0,22	3,54
AMIGOS DO BEM	14,57	6,39	0,04	11,47
Associação Amigos do Projeto Guri	1,11	0,61	0,99	0,01
APAE Anápolis	1,80	0,50	0,33	1,44
APAE DE SÃO PAULO	1,87	0,06	0,36	2,15
APAE de Taubaté	0,94	0,15	0,63	0,18
ARTEMISIA	8,74	8,74	0,11	0,01
ARTESOL - Artesanato Solidário	1,14	0,94	0,91	0,10
ASA	5,21	2,40	0,06	12,91
Associação Aliança de Misericórdia	1,41	1,20	0,04	23,44
Associação de Apoio à Criança com Câncer	14,03	2,90	0,08	12,64
Banco da Providência	10,20	8,45	0,09	4,03
Brazil Foundation	2,30	2,28	0,43	0,95
CAMP Guarujá	1,50	1,45	0,05	19,15
Casa do Menino Jesus de Praga	1,39	0,39	0,09	10,10
Casa Durval Paiva	1,19	1,01	0,22	3,19
Casa Ronald McDonald do Rio de Janeiro	2,07	1,90	0,49	0,68
Casas André Luiz	0,72	0,03	0,61	0,39
CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança	1,69	1,16	0,06	9,25
CIAM - Centro Israelita de Apoio Multidisciplinar	2,58	2,63	0,04	12,98
CLP - Liderança Pública	4,50	3,14	0,22	3,59
Conectas Direitos Humanos	1,56	1,55	0,63	0,58
Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André	6,23	4,84	0,15	5,01
CPTI	0,95	0,27	0,20	4,15
CREN - Centro de Recuperação e Educ Nutricional	2,27	2,23	0,38	1,66
Fazendo História	17,35	16,76	0,06	16,56
Fundação EPROCAD	0,77	0,77	0,49	0,50
Fundação Gol de Letra	0,17	0,15	0,84	0,15
Fundação Julita	0,73	0,65	0,30	2,38
Fundação Sara Albuquerque Costa	6,32	6,23	0,11	6,87
Fundo ELAS	1,03	0,47	0,96	0,04
Funfame Hospital de Base São José do Rio Preto	1,59	1,08	0,64	0,69
GRAACC	1,39	0,46	0,54	0,63
Grupo Luta Pela Vida	2,84	2,69	0,07	9,54
Grupo Vida - Brasil	1,16	1,10	0,77	0,30
ICOM Floripa	5,00	4,98	0,18	4,42
IMAZON	1,15	0,00	0,85	0,18
Instituto C - Criança, Cuidado, Cidadão	2,35	1,24	0,38	2,51
Instituto Desiderata	1,70	0,08	0,54	0,85
Instituto do Câncer Infantil	1,82	1,76	0,22	2,91
Instituto Igarapé	1,43	1,09	0,69	0,65
Instituto Mamirauá	1,33	0,13	0,80	0,25
Instituto Nordeste Cidadania	1,02	0,01	0,99	0,01
Instituto Padre Haroldo	1,06	0,19	0,66	0,59
Instituto Ponte	42,18	41,60	0,02	42,47
Instituto Ramacrisna	1,48	0,69	0,47	0,84
Instituto Reação	1,13	0,17	0,87	0,13
Instituto Reciclar	0,98	0,19	0,27	2,62

Instituto Ronald McDonald	6,30	4,18	0,17	5,20
Continua				

Tabela 1: Indicadores das ONGs pesquisadas

Organizações	Liquidez Corrente	Liquidez Imediata	Participação de Capital de Terceiros	Continuação
				Garantia do Patrimônio Social ao Capital de Terceiros
Instituto Ser Mais	1,88	1,14	0,48	0,94
Instituto Socioambiental (ISA)	1,09	0,51	0,86	0,07
Instituto Verdescola	2,22	1,54	0,30	2,37
Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	1,29	0,16	0,61	0,60
Operação Sorriso	7,33	4,45	0,24	2,76
Pequeno Cotelengo do Paraná - Dom Orione	2,69	2,05	0,25	2,93
Projeto Casulo	2,34	2,02	0,40	1,51
Salesianos - Inspeção São João Bosco	1,63	0,87	0,10	7,96
Santa Casa BH	0,90	0,09	0,97	0,02
Saúde Criança	10,09	0,28	0,04	23,14
SITAWI Finanças do Bem	0,98	0,58	0,94	0,06
Solar Meninos de Luz (Lar Paulo de Tarso)	0,57	0,39	1,48	0,32
SOS Sorocaba	3,69	2,89	1,00	0,85
SP Leituras - Organização Social de Cultura	1,34	1,31	1,00	0,00
Tabôa Fortalecimento Comunitário	1,40	1,31	0,67	0,49
Turma do Bem	2,38	2,30	0,52	0,99
Vocação	2,28	0,74	0,36	1,74
WimBelemDon (Soc Tennis, Educação e Part Social)	1,06	0,96	0,41	0,76
WWF- Brasil	1,31	1,13	0,78	0,34

Fonte: Elaborada pelos autores

Uma vez obtidos os indicadores, o passo seguinte foi a realização da análise de cada um deles, considerando o universo de todas as ONGs pesquisadas, através da separação por decis, constituindo os índices padrão do setor como um todo. Pois, conforme afirma Melo (2011), para cada decil é definido um padrão, tendo como mediana o 5º decil, permitindo analisar a situação em que cada ONG pesquisada se encontra em relação às outras e ao padrão médio do setor.

Dessa forma, os tópicos a seguir destinam-se a esta análise, para cada um dos indicadores utilizados neste trabalho.

4.1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de Liquidez Corrente verifica a capacidade da organização em saldar suas obrigações no curto prazo. Observa-se, nas organizações pesquisadas, que 86% encontram-se com valores maiores do que 1 neste indicador, ou seja, possuem capacidade de honrar seus compromissos no curto prazo.

Considerando-se a classificação por decis, apresenta-se na Tabela 2 as organizações que se encontram no primeiro e segundo decil, classificadas como insatisfatórias em relação ao setor, e as organizações constantes no nono e décimo decil, classificadas como excelentes em relação ao setor.

Tabela 2: Índice de liquidez corrente – distribuição por decis

DECIL 1	Fundação Gol de Letra	0,17	INSATISFATÓRIO
	Solar Meninos de Luz (Lar Paulo de Tarso)	0,57	
	Casas André Luiz	0,72	
	Fundação Julita	0,73	
	Fundação EPROCAD	0,77	
	Santa Casa BH	0,90	
	APAE de Taubaté	0,94	
DECIL 2	CPTI	0,95	
	SITAWI Finanças do Bem	0,98	
	Instituto Reciclar	0,98	
	Instituto Nordeste Cidadania	1,02	
	Fundo ELAS	1,03	
	WimBelemDon (Soc Tenis, Educação e Part Social)	1,06	
	Instituto Padre Haroldo	1,06	
DECIL 9	ICOM Floripa	5,00	EXCELENTE
	ASA	5,21	
	Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André	6,23	
	Instituto Ronald McDonald	6,30	
	Fundação Sara Albuquerque Costa	6,32	
	Operação Sorriso	7,33	
	ARTEMISIA	8,74	
DECIL 10	Saúde Criança	10,09	
	Banco da Providência	10,20	
	ACTC - Casa do Coração	13,53	
	Associação de Apoio à Criança com Câncer	14,03	
	AMIGOS DO BEM	14,57	
	Fazendo História	17,35	
	Instituto Ponte	42,18	

Fonte: Elaborada pelos autores

É importante destacar que apenas as organizações constantes no Decil 1 e parte das que se encontram no Decil 2 apresentam o índice com valor menor do que 1, o que pode significar dificuldades para em sua capacidade de liquidação das suas obrigações no curto prazo.

Tendo em vista que a mediana obtida para este indicador foi 1,63, observa-se que as organizações que se encontram no Decil 9 e Decil 10 possuem valores no seu índice de liquidez corrente bem acima do normal no setor.

O destaque principal fica para o Instituto Ponte, que possui o melhor resultado de liquidez corrente comparada às demais organizações, com um índice de 42,18, ou seja, para cada R\$1,00 de compromissos financeiros a instituição possui R\$42,18 de recursos para sanar seus compromissos e obrigações.

4.2 ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

O indicador de liquidez imediata corresponde ao confronto do disponível da organização e de suas obrigações, demonstrando a capacidade em honrar as suas dívidas de imediato com os recursos financeiros já existentes (CRUZ et AL., 2009).

Assim, conforme a análise dos indicadores de liquidez imediata pode-se concluir que 55% (cinquenta e cinco) por cento das ONGs estão com capacidade de cumprir com as suas obrigações de imediato e 45% (quarenta e cinco) por cento encontram-se com valores menores do que 1 nesse indicador, ou seja, podem possuir dificuldades para honrar com seus compromissos.

A Tabela 3 apresenta a distribuição das organizações por decis, considerando-se as que se encontram no primeiro e segundo decil, classificadas como insatisfatórias em relação

ao setor, e as organizações constantes no nono e décimo decil, classificadas como excelentes em relação ao setor.

Tabela 3: Índice de liquidez imediata – distribuição por decis

DECIL 1	IMAZON	0,00	INSATISFATÓRIO
	Instituto Nordeste Cidadania	0,01	
	Casas André Luiz	0,03	
	APAE DE SÃO PAULO	0,06	
	Instituto Desiderata	0,08	
	Santa Casa BH	0,09	
	Instituto Mamirauá	0,13	
DECIL 2	Fundação Gol de Letra	0,15	
	APAE de Taubaté	0,15	
	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	0,16	
	Instituto Reação	0,17	
	Instituto Reciclar	0,19	
	Instituto Padre Haroldo	0,19	
DECIL 9	SOS Sorocaba	2,89	
	Associação de Apoio à Criança com Câncer	2,90	
	CLP - Liderança Pública	3,14	
	Instituto Ronald McDonald	4,18	
	AFESU	4,20	
	Operação Sorriso	4,45	
	Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André	4,84	
DECIL 10	ICOM Floripa	4,98	
	Fundação Sara Albuquerque Costa	6,23	
	AMIGOS DO BEM	6,39	
	Banco da Providência	8,45	
	ARTEMISIA	8,74	
	Fazendo História	16,76	
	Instituto Ponte	41,60	

Fonte: Elaborada pelos autores

Destaca-se que a mediana obtida para este indicador foi de 1,10 e que apenas as organizações que se encontram no Decil 5 para cima possuem valores maiores do que 1 neste indicador, o que permite concluir que podem existir dificuldades com a gestão recursos no curto prazo em boa parte das organizações estudadas.

Tendo em vista que os recursos financeiros das entidades do terceiro setor são provenientes de parcerias com o Estado, doações, eventos beneficentes e outras fontes de captação de renda, destaca-se que as receitas de tais organizações precisam ser melhor estudadas para eventuais correções de rumo na sua gestão financeira de curto prazo, caso sejam necessárias.

Por outro lado, muitos dos recursos recebidos por essas organizações são vinculados a projetos, devendo ser aplicados integralmente neles, o que pode justificar o valor baixo das disponibilidades em alguns casos, contribuindo para valores insuficientes do índice de liquidez imediata.

O destaque deste indicador fica, mais uma vez, para o Instituto Ponte, que possui o melhor resultado de liquidez imediata comparada às demais organizações, com um índice de 41,6.

4.3 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS

O índice de participação de capital de terceiros é um indicador que expressa o endividamento da organização, sendo representado pela divisão do capital de terceiros pelo total do ativo. Assim, quanto maior o endividamento maior o risco da organização se encontrar impossibilitada de honrar com as suas obrigações (GITMAN, 2010).

Ao contrário dos indicadores de liquidez, os Decis 1 e 2 representam as organizações que estão em um padrão Excelente dentro do setor, enquanto os Decis 9 e 10 representam as organizações que se encontram em um padrão Insuficiente em relação ao setor.

A Tabela 4 apresenta os valores do índice para estes decis:

Tabela 4: Índice de participação de capital de terceiros – distribuição por decis

DECIL 1	Instituto Ponte	0,02	EXCELENTE
	Associação Aliança de Misericórdia	0,04	
	CIAM - Centro Israelita de Apoio Multidisciplinar	0,04	
	AMIGOS DO BEM	0,04	
	Saúde Criança	0,04	
	CAMP Guarujá	0,05	
DECIL 2	Fazendo História	0,06	
	ASA	0,06	
	CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança	0,06	
	ACTC - Casa do Coração	0,07	
	Grupo Luta Pela Vida	0,07	
	Associação de Apoio à Criança com Câncer	0,08	
	Casa do Menino Jesus de Praga	0,09	
	Banco da Providência	0,09	
DECIL 9	Instituto Mamirauá	0,80	INSATISFATÓRIO
	Fundação Gol de Letra	0,84	
	IMAZON	0,85	
	Instituto Socioambiental (ISA)	0,86	
	Instituto Reação	0,87	
	ARTESOL - Artesanato Solidário	0,91	
	SITAWI Finanças do Bem	0,94	
DECIL 10	Fundo ELAS	0,96	
	Santa Casa BH	0,97	
	Associação Amigos do Projeto Guri	0,99	
	Instituto Nordeste Cidadania	0,99	
	SP Leituras - Organização Social de Cultura	1,00	
	SOS Sorocaba	1,00	
	Solar Meninos de Luz (Lar Paulo de Tarso)	1,48	

Fonte: Elaborada pelos autores

Pode-se concluir que 97% das instituições analisadas estão com baixos índices de endividamento, com destaque para o Instituto Ponte. Destaca-se que a mediana deste indicador ficou em 0,38.

4.4 ÍNDICE DE GARANTIA DO PATRIMÔNIO SOCIAL AO CAPITAL DE TERCEIROS

O indicador de garantia de patrimônio social no terceiro setor é representado pela divisão do Patrimônio Social pelo Capital de Terceiros das organizações (Cruz et al., 2009). A partir dos índices das ONGs analisadas, foi possível identificar que 57% delas possuem condições favoráveis em relação a este indicador.

A Tabela 5 apresenta os valores do índice para os decis 1 e 2 e para os decis 9 e 10:

Tabela 5: Índice de garantia do patrimônio social ao capital de terceiros – decis

DECIL 1	SP Leituras - Organização Social de Cultura	0,00	INSATISFATÓRIO
	Associação Amigos do Projeto Guri	0,01	
	Instituto Nordeste Cidadania	0,01	
	ARTEMISIA	0,01	
	Santa Casa BH	0,02	
	Fundo ELAS	0,04	
	SITAWI Finanças do Bem	0,06	
DECIL 2	Instituto Socioambiental (ISA)	0,07	
	ARTESOL - Artesanato Solidário	0,10	
	Instituto Reação	0,13	
	Fundação Gol de Letra	0,15	
	IMAZON	0,18	
	APAE de Taubaté	0,18	
	Instituto Mamirauá	0,25	
DECIL 9	Salesianos - Inspecoria São João Bosco	7,96	EXCELENTE
	CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança	9,25	
	Grupo Luta Pela Vida	9,54	
	Casa do Menino Jesus de Praga	10,10	
	AMIGOS DO BEM	11,47	
	Associação de Apoio à Criança com Câncer	12,64	
	ASA	12,91	
DECIL 10	CIAM - Centro Israelita de Apoio Multidisciplinar	12,98	
	ACTC - Casa do Coração	14,37	
	Fazendo História	16,56	
	CAMP Guarujá	19,15	
	Saúde Criança	23,14	
	Associação Aliança de Misericórdia	23,44	
	Instituto Ponte	42,47	

Fonte: Elaborada pelos autores

Destaca-se que a mediana obtida para este indicador foi de 1,44 e que a organização mais bem classificada foi novamente o Instituto Ponte, com um índice de 42,18, ou seja, para cada R\$1,00 de dívidas a instituição possui R\$42,18 de capital próprio.

Considera-se, nesta seção, ter sido traçado um panorama das ONGs estudadas em relação aos indicadores de liquidez em endividamento. A próxima seção trará as considerações finais deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral comparar os indicadores de liquidez e endividamento das ONGs ranqueadas pelo Instituto DOAR, utilizando os dados do ranking referentes ao exercício de 2018. Considera-se que este objetivo foi alcançado, ao serem utilizados índices-padrão e a construção de decis para cada indicador.

Observou-se que 86% das organizações estudadas encontram-se com liquidez corrente maior do que 1, ou seja, possuem capacidade de honrar seus compromissos no curto prazo. No entanto, quando o indicador analisado é a liquidez imediata, este percentual cai para 55% , podendo ser explicado pelo fato de que os recursos financeiros das entidades do terceiro setor são provenientes de parcerias com o Estado, doações, eventos beneficentes e outras fontes de captação de renda, normalmente vinculados a projetos, justificando o valor baixo das disponibilidades no caso de parte das organizações.

Em relação ao endividamento, pode-se dizer que, de maneira geral, as organizações estudadas possuem baixo índice de endividamento, apresentando resultados satisfatórios nos indicadores de participação de capital de terceiros e garantia do patrimônio social ao capital de terceiros.

Dessa forma, considera-se que a presente pesquisa contribui para a evolução e incremento do estudo de indicadores financeiros em organizações do terceiro setor, agregando dados aos outros estudos já realizados.

Sugere-se como possibilidades de estudos futuros estudos longitudinais em relação à liquidez e ao endividamento dessas organizações, buscando observar movimentações, melhorias e mudanças de cenários.

No contexto atual de pandemia global e retração da economia, a comparação de cenários pode ser bastante pertinente, tendo em vista que os recursos de tais organizações têm origem em programas governamentais e doações de pessoas físicas e jurídicas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, J. A.; DIAS, A. M. Construção e Aplicação de índices Padrão. ECAECO, Ponta Porã, Set 2013.
- AZEREDO, A. J.; MACHADO, D. G.; SOUZA, M. A. D. Desempenho Econômico- Financeiro de Industrias Calçadistas Brasileiras: Uma análise do período de 2000 a 2006. **Revista de Contabilidade e Organizações - FEARP/USP**, v. 3, p. 117-142, maio/ago 2009. ISSN 6.
- BIANCUZZI, M.; VICENTE, V. M. ANÁLISE DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG*. **REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, v. 4, p. 477-503, Jul-Dez 2017.
- BOCCHI, O. H. **O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público**. Curitiba: InterSaber, 2013.
- BRIZOLLA, M. et al. Contabilidade e Análise de Balanços em Entidades do Terceiro Setor. **Salão do Conhecimento - A matemática está em tudo**, 2017. 06.
- CAMPOS, G. M.; MOREIRA, R. L.; SCALZER, R. S. Evidenciação Contábil: Reflexão Sobre Transparência No Terceiro Setor. **Sociedade, contabilidade e gestão**, Rio de Janeiro, 09, set/dez 2014.
- COSTA, L. M. et al. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA E INDICADORES BASEADA NA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE O TEMA. **REEN - Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, 2018.
- CRUZ, J. A. et al. Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts. **Revista Brasileira de Estratégia - REBRAE**, Curitiba/PR, v. 2, p. 11-26, jan/abr 2009. ISSN 1.
- CRUZ, J. A. et al. PERFORMANCE NO TERCEIRO SETOR – UMA ABORDAGEM DE ACCOUNTABILITY: ESTUDO DE CASO EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL BRASILEIRA. **Revista de Administração - UFSM**, Santa Maria, p. 58-75, jan/abr 2010.
- FALCONER, A. P. A PROMESSA DO TERCEIRO SETOR Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. **USP**, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf>. Acesso em: 22 Nov 2019.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. Tradução de Allan Vidigal Hastings. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira**. Tradução de Cristina Yamagami. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.
- GONÇALVES, H. S. et al. ANÁLISE DE INDICADORES DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DAS MELHORES ONGS DO BRASIL. **REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, v. 5, p. 764-780, Jul-Dez 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 05 abril 2020.

JAHARA, R. C.; MELLO, J. A.; AFONSO, H. C. PROPOSTA DE ÍNDICE PADRÃO E ANÁLISE DE PERFORMANCE FINANCEIRA EM 2014 DOS CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL DA SÉRIE A. **PODIUM**, v. 5, Set-Dez 2016.

LOPES, L. C. et al. UM ESTUDO MULTICASO SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba/PR, v. 4, p. 24-36, set/dez 2012. ISSN 3.

LUGOBONI, L. F. et al. INDICADORES DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: Um caso Prático Aplicado a um Sindicato Patronal. **RACE**, Joaçaba, p. 732-756, mai/ago 2018. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race>>.

MAGALHÃES-TIMOTIO, J. M.; EÇA, J. P.; SANTOS JÚNIOR, I. M. Avaliação de Desempenho no Terceiro Setor: Um estudo de caso da ONG CPCD. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor- REPATS**, Brasília, v. 4, p. P.412-428, jul-dez 2017.

MÁRIO, P. C. et al. A Utilização de Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, Jan/Abr 2013.

MORGAN, L.; BENEDICTO, G. Um Estudo sobre a Controladoria em Organizações do Terceiro Setor na Região Metropolitana de. **Revista de Administração da Unimep - RAU**, São Paulo, v. 7, p. 111-133, set/dez 2009. ISSN 3.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: uma abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELO, M. A. Índices-padrão de indicadores econômico-financeiro das empresas de capital aberto do seguimento de construção civil integrantes do Novo Mercado. **CONGRESSO – UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação científica em contabilidade**. Florianópolis/SC.2011.

OLIVEIRA, E. A.; SOUSA, G. E. O Terceiro Setor no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios para as Organizações sociais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Bahia, v. 4, p. 181-199, set-dez 2015.

OLIVEIRA, W. E. S.; COELHO, C. U. F. Transparência das Informações e seu Impacto no Valor Econômico: um Estudo em Organizações do Terceiro Setor. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 44-51, set/dez 2017.

ORO, I. M.; VICENTI, T.; SCARPIN, J. E. BALANÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DO MODELO IBASE COM RELAÇÃO À TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 14, p. 76-89, jan/abr 2014.

RAMOS, F. M. et al. Relação entre indicadores de qualidade e econômicos: um estudo em uma rede de hospitais do terceiro setor do Sul do Brasil. **Cad. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2018. 453-461.

RAPTOPOULOS, M. M.; SILVA, J. F. Benchmarking de Avaliação de Desempenho para Organizações do Terceiro Setor. **ANPAD**, CURITIBA/PR, out. 2018. 16.

RODRIGUES, M. C. P. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, Set-Out 1998. 25-67.

SCHEUNEMANN, A. V.; RHEINHEIMER, I. **Administração no Terceiro Setor**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 1301-25, Nov-Dez 2010.

SILVA, L. R. et al. Construção de um índice-padrão e análise da performance financeira das empresas de capital aberto que atuam no setor de exploração de Rodovias. **SCIENTIA PLENA**, Rio de Janeiro, 2015.

TONDOLO, P. et al. Transparência no Terceiro Setor: Uma proposta de construto e mensuração. **Espacios Públicos**, México, v. 19, p. 7-25, set/dez 2016. ISSN 47.

ZITTEI, M. V.; POLITELO, L.; SCAPIN, J. E. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 8, p. 85-94, abr-jun 2016. ISSN 2.